

Cosimo Perrotta, *Is Capitalism still Progressive? A Historical Approach*. Cham: Palgrave-Macmillan, 2020, 159 pp. ISBN 978-3-030-48169-8. 53,49 €

A pergunta contida no título deste livro sugere um pressuposto tácito e uma resposta implícita. O pressuposto consiste em admitir que o capitalismo, enquanto sistema económico, social, político e cultural, teve uma época em que demonstrou o seu carácter progressivo. A resposta remete para um enunciado de dúvida de que o capitalismo possa continuar a ser progressivo, ao mesmo tempo que convida o leitor a acreditar que algo pode e deve ser feito para que de novo o venha a ser.

Dito de outro modo: o mais recente livro de Cosimo Perrotta é revelador de um desencanto militante com os insucessos históricos que o capitalismo obteve até aos nossos dias, ao mesmo tempo que expressa um otimismo moderado nas possibilidades de poder ser reformado. Perrotta não cede à tentação de apresentar a sua preferência por um sistema económico alternativo, muito possivelmente — esta é uma questão que o autor deixa em aberto — por também acreditar que o capitalismo é o pior dos sistemas económicos, excetuando todos os outros que foram historicamente experimentados.

O livro revela a profundidade de conhecimentos de Cosimo Perrotta em temas que cruzam a história económica, a história do pensamento e das ideias económicas e as teorias e políticas de desenvolvimento económico em perspetiva histórica. Por isso se compreende que seja justamente a “*historical approach*” o subtítulo que confere unidade e coerência aos temas discutidos no livro. A história funciona como um fio condutor que mantém o leitor preso ao argumento fundamental que o autor pretende elucidar: como é possível reinventar a bondade de um sistema económico que tem compulsivamente revelado as suas enormes fragilidades e deficiências?

Subjugado à lógica do mercado (capitalista!) livreiro dos dias que correm, o livro organiza-se em oito capítulos e uma conclusão que podem ser adquiridos e lidos de forma autónoma ou sequencial, cada um deles com singularidade temática e referências bibliográficas próprias que permitem a um leitor focalizado apreender parcelas da realidade que o autor procura compreender e transmitir em linguagem acessível a um auditório amplo. Trata-se, por isso, de um livro de leitura aprazível que não exige conhecimentos especializados. Insere-se numa tradição ensaística de divulgação de largo espectro que é merecedora de justo aplauso.

Num primeiro andamento, Perrotta apresenta as vantagens históricas de um sistema assente na liberdade individual, no lucro gerado e acumulado, na crescente divisão do trabalho e no acréscimo da

produtividade e da riqueza (cap. 1). A concorrência entre agentes que atuam no mercado como produtores ou consumidores, as perspetivas de mobilidade social ascendente, a proteção de direitos individuais e a garantia dada pelo respeito da propriedade e da lei são atributos de um sistema dinâmico que revela os seus méritos e benefícios, sobretudo quando comparado com os sistemas económicos feudal e senhorial. Porém, são de fraca monta tais benefícios quando se observa o lado negro do sistema (cap. 2), marcado pelo conflito permanente entre trabalho e capital e pela intensificação da escravização do trabalho. De acordo com o guião de análise sugerido por Perrotta, a harmonia de interesses que supostamente resultaria dos processos espontâneos de (auto-)regulação do mercado, tornando subsidiária ou dispensável qualquer forma de intervenção do Estado, é apenas um dos mitos fundadores de uma ideologia de defesa do capitalismo que cedo demonstrou a impossibilidade de o concretizar.

Neste sentido, os processos de acumulação e de reprodução do capital à custa de baixos salários ou do subconsumo das classes médias e baixas (cap. 3), a destruição e pilhagem de recursos através da exploração colonial, o desequilíbrio crescente dos níveis de progresso técnico entre países do centro e da periferia (cap. 4), são características genéticas do capitalismo que impedem a partilha com equidade dos seus resultados, tanto a uma escala nacional como global.

Mesmo nos casos em que o capitalismo se moldou eficazmente à preocupação de satisfazer as necessidades de bem-estar social (*welfare state*) — através de políticas de pleno emprego, repartição de benefícios sociais, sistemas de segurança social e de saúde pública — não foi possível evitar os distúrbios no mercado de emprego provocados pelas revoluções tecnológicas, nem os atropelos à ordem global decorrentes de processos de globalização (cap. 5). É neste registo pessimista e negativo que Cosimo Perrotta se interroga sobre as razões que não permitiram o cumprimento das promessas que o capitalismo seria portador nas sociedades contemporâneas (cap. 6), designadamente: emprego para todos, serviços públicos eficientes, redução das desigualdades, respeito dos direitos civis, combate à evasão fiscal e à corrupção.

A descrição do funcionamento do capitalismo tendo por base a captura de rendas, desviando ou substituindo a função primordial da iniciativa empresarial — ou seja, a aplicação produtiva e inovadora do capital acumulado —, é uma característica recorrente da argumentação de Cosimo Perrotta e da sua avaliação crítica da evolução histórica do capitalismo,

particularmente no que se refere ao comportamento dos mercados financeiros. Porém, tais limitações não impedem o autor de equacionar o modo como o capitalismo poderá enfrentar, no tempo presente, os novos e constantes desafios ao seu equilíbrio e reprodução (cap. 7), tais como a poluição atmosférica, a destruição ambiental, o aquecimento global, as desigualdades sociais ou as consequências inesperadas de movimentos migratórios que alteram a estrutura demográfica dos países ocidentais.

Chegados aqui, atingimos finalmente o momento em que tom lúgubre dá lugar a uma visão esperançosa sobre as possibilidades que os nossos netos terão de viver num mundo melhor (cap. 8 e conclusões). O que só poderá acontecer se a agenda política dos países capitalistas mais avançados inscrever de forma prioritária a proteção das relações de trabalho, o investimento em larga escala para defesa dos equilíbrios ambientais e a ajuda aos países subdesenvolvidos, para que possam ultrapassar os obstáculos que impedem o seu desenvolvimento.

Nas considerações finais, o autor parece alinhar as suas perspetivas com uma agenda cívica em prol do desenvolvimento económico e social, tal como surge plasmada nos grandes temas associados aos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” definidos pelas Nações Unidas no ambicioso programa de prioridades e aspirações globais para 2030. Cosimo Perrotta não lhes faz nenhuma menção explícita, nem orienta a sua abordagem para a mitigação dos problemas criados pelo sistema económico capitalista, nos termos da linguagem e dos conceitos manuseados na documentação das Nações Unidas. Fazê-lo seria retirar a interrogação, ou a dúvida, sobre as possibilidades de o capitalismo voltar a ser progressivo. A sabedoria crítica de Perrotta, neste livro exposta de forma tão vibrante, não permitiria tal concessão.

José Luís Cardoso  
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de  
Lisboa  
jcardoso@ics.ulisboa.pt